



Brasil – Septiembre 2017 - ISSN: 1696-8352

## ILUSTRAÇÕES DO TRABALHO FEMININO EM COMUNIDADES PESQUEIRAS TRADICIONAIS

Adrielli Santos de Santana\*  
João Carlos de Pádua Andrade\*\*

Para citar este artículo puede utilizar el siguiente formato:

Adrielli Santos de Santana y João Carlos de Pádua Andrade (2017): "Ilustrações do trabalho feminino em comunidades pesqueiras tradicionais", Revista Observatorio de la Economía Latinoamericana, Brasil, (septiembre 2017). En línea:

<http://www.eumed.net/cursecon/ecolat/br/2017/trabalho-feminino.html>

### Resumo

O presente artigo traz reflexões sobre a dinâmica do trabalho em comunidades tradicionais. Especificadamente, procura demonstrar a participação da mulher na pesca artesanal, através da vivência das marisqueiras da comunidade de Pedras de Una, localizada no sul da Bahia. Os resultados são frutos de pesquisa bibliográfica e de pesquisa-ação, a qual pressupõe o engajamento entre os pesquisadores e o grupo analisado. Eles apontam para um contexto de extrema vulnerabilidade socioeconômica da mulher, justificado, entre outros fatores, pela invisibilidade do trabalho feminino no ambiente pesqueiro, assim como pelo desconhecimento das marisqueiras de seus direitos sociais e pelas lacunas existentes na cadeia produtiva da pesca artesanal.

**Palavras-chave:** Marisqueiras. Comunidades tradicionais. Divisão do trabalho. Pesca Artesanal.

### Resumen

El presente artículo aporta reflexiones sobre la dinámica del trabajo en comunidades tradicionales. Especificamente, busca demostrar la participación de la mujer en la pesca artesanal, a través de la vivencia de las marisqueras de la comunidad de Piedras de Una, ubicada en el sur de Bahía. Los resultados son frutos de investigación bibliográfica y de investigación-acción, la cual presupone el compromiso entre los investigadores y el grupo analizado. Apuntan a un contexto de extrema vulnerabilidad socioeconómica, justificado, entre otros factores, por la invisibilidad del trabajo de las mujeres en el entorno pesquero, así como por la ignorancia de los restaurantes de mariscos de sus derechos sociales y las brechas en la cadena productiva de la pesca artesanal.

**Palabras clave:** Marisqueras. Comunidades tradicionales. División del trabajo. Pesca artesanal.

\* Mestranda em Economia Regional e Políticas Públicas pela Universidade Estadual de Santa Cruz (PERPP/UESC).  
Bacharela em Ciências Econômicas pela UESC. E-mail: [adrielli\\_santana@outlook.com](mailto:adrielli_santana@outlook.com)

\*\* Professor do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Santa Cruz (DCEC/UESC).  
Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente pela UESC. E-mail: [jcpandrade@uesc.br](mailto:jcpandrade@uesc.br)

## Abstract

This article reflects on the dynamics of the work in traditional communities. Specifically, it seeks to demonstrate the participation of women in artisanal fisheries, through the experience of the shellfish gatherers of community of Pedras de Una, located in southern Bahia. The results are the result of bibliographic research and action research, which presupposes the engagement between the researchers and the group analyzed. They point to a context of extreme socio-economic vulnerability of women, justified, among other factors, by the invisibility of women's work in the fishing environment, as well as the ignorance of the shellfish gatherers of their social rights and existing gaps in the supply chain of artisanal fisheries.

**Keywords:** Shellfish gatherers. Traditional communities. Division of labor. Artisanal Fishing.

## 1 INTRODUÇÃO

Buscando demonstrar a dinâmica socioeconômica das marisqueiras da comunidade de Pedras de Una, localizada no município de Una, sul da Bahia, o presente artigo centra-se em alguns questionamentos: é possível que as mulheres assumam o papel de agentes transformadoras da realidade social local? São elas capazes de impulsionar o desenvolvimento das localidades onde vivem? Embora, intuitivamente a resposta seja “sim”, a realidade demonstra uma desvalorização da figura feminina, diante da desigualdade de gêneros, pautada na ideologia, errônea, da mulher como o “sexo frágil”.

Em uma análise histórica, a imagem feminina sempre esteve associada ao trabalho doméstico e aos cuidados familiares, impondo um contexto de inferioridade e subordinação com relação à figura masculina. Durante as duas Guerras Mundiais, responsáveis pela morte e mutilação de milhões de homens, a alternativa para a escassez da força de trabalho foi a introdução da mulher no cenário produtivo (PROBST, 2002). Essa nova condição gerou anseios de conflitos sociais e de desestruturação do sistema familiar, que serviram para restringir a ascensão feminina, através de baixos salários e ausência de instrumentos que assegurassem seus direitos trabalhistas.

A partir da década de 1950, a participação da mulher no mercado de trabalho assumiu números significativos, e junto com esse crescimento surgiram as “Ondas Feministas”, movimentos sociais centralizados na busca por liberdade de expressão, igualdade de direitos entre os gêneros e maior participação da mulher no contexto socioeconômico e político. No Brasil, a intensificação do trabalho feminino ocorreu durante a década de 1970, impulsionado pelo crescimento econômico, fruto da industrialização da produção nacional. Nesse período, a taxa de participação das mulheres no mercado de trabalho já somavam, aproximadamente, 18,5%, e permaneceu crescente nas décadas seguinte (GUEDES; ALVES, 2004). Entretanto, somente com a Constituição Federal de 1988 que os direitos do trabalho feminino e de igualdade de gêneros foram assegurados por Lei, conforme descrito:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição; [...]

XIII - é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer; [...]

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: [...]

XXX - proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil; (BRASIL, 1988).

De fato, nas últimas décadas as mulheres alcançaram conquistas importantes, a maior delas, sem dúvida, foi sua inserção no mercado de trabalho, em decorrência do maior acesso à educação em diversas áreas do conhecimento, antes restrita ao universo masculino, e também pela necessidade do sistema capitalista de aumentar a força produtiva no mercado (GUEDES; ALVES, 2004; PROBST, 2002). Para este último argumento, vale uma profunda reflexão: se por um lado, esse sistema cria condições para a integração feminina, como, portanto, essa mesma integração ocorre em sociedades tradicionais?

Essa é uma questão substantiva e que, portanto, merece ser investigada, visto que a representação feminina no mercado de trabalho continua sem a devida valorização, revelando a necessidade de se conhecer todas as dimensões desse problema. A tarefa, nesse sentido, é de estimular a discussão e retomar os olhares para os grupos de mulheres, que de alguma forma se mantêm isoladas do contexto social que abrange essa temática. Em face disso, o presente artigo pretende expor a construção da identidade do trabalho feminino em comunidades pesqueiras tradicionais.

Denota-se a crescente participação das mulheres na pesca artesanal, consequência do aumento da demanda por produtos pesqueiros. Estima-se que, somente para o consumo humano, são coletados mais de 100 milhões de toneladas por ano, a nível mundial, e este processo é responsável por ocupar cerca de 84 milhões de pessoas, direta e indiretamente, no mercado de trabalho (SILVA et al., 2013). No cenário nacional, a representatividade da pesca artesanal no mercado é de, aproximadamente, 45% do total produzido no país (LOPES, 2004; MPA, 2011).

De acordo com Palheta (2013) é nesse cenário de ampliação da demanda, e consequentemente a diminuição da quantidade de espécies marinhas disponíveis para consumo, que as mulheres estão inseridas, oferecendo o conhecimento tradicional sobre o ecossistema marinho e de práticas sustentáveis de manejo. Além disso, considera-se, também, fator pertinente o aumento da pobreza, que despertam a necessidade das mulheres buscarem meios para contribuir com a renda familiar.

“Na pesca artesanal as mulheres representam 24,35 % do registro geral e mais de 25% desta atividade produtiva é por elas desenvolvida” (STADTLER, 2013, p. 4). As mulheres passaram a assumir funções mais ativas dentro da cadeia produtiva da pesca e a serem remuneradas pelas atividades realizadas. Entretanto, a pesca continua sendo vista como uma extensão do trabalho doméstico. Diante disso, a autora ainda ressalta que:

É possível dizer, então, que a mulher findou por transitar entre o espaço doméstico e de mercado do setor pesqueiro. Essa característica findou por conferir à mulher um domínio sobre dois mundos que se traduziu na possibilidade de, ao dominar conhecimentos sobre recursos pesqueiros, ampliar a inserção dos mesmos em um mercado com maior demanda (PALHETA, 2013, 74).

Tendo em vista essas considerações, o desenvolvimento do presente artigo envolveu uma pesquisa bibliográfica, visando a identificação dos conceitos norteadores relacionados à pesca artesanal, comunidades tradicionais e a construção da relação entre o trabalho feminino e o meio ambiente da pesca, apresentados nas duas primeiras seções. A terceira seção é resultado das observações e da pesquisa-ação realizada na comunidade de Pedras de Una, com a finalidade de apresentar o cotidiano do trabalho das marisqueiras e os entraves que afetam a cadeia produtiva da pesca artesanal local.

Os métodos de investigação do presente artigo têm origens na pesquisa-ação (MISKOVIC & HOOP, 2006; THIOLENT & SILVA, 2007), em razão do engajamento dos autores em ações de extensão na comunidade de pescadores analisada. Essa forma de abordagem metodológica parte do princípio de que os desafios socioeconômicos e ambientais demandam novos métodos de investigação capazes de superar as visões econômicas predominantes que se revelaram restritiva para a compreensão da complexidade socioambiental (THIOLENT & SILVA, 2007).

A utilização de metodologias que focam em ações participativas configura-se como um método flexível que permite o investigador ter acesso à comunidade a fim de buscar, em conjunto, soluções para problemas específicos (THIOLENT & SILVA, 2007). Nesse processo, o método da pesquisa-ação segue um ciclo onde ocorre oscilação sistemática entre agir no campo da prática e investigar a respeito dela (TRIPP, 2005). “Planeja-se, implementa-se, descreve-se e avalia-se uma mudança (...), aprendendo mais, no correr do processo, tanto a respeito da prática quanto da própria investigação”(TRIPP, 2005, p. 446).

A pesquisa-ação surgiu como uma nova proposta metodológica dentro de um contexto caracterizado por várias preocupações teóricas e práticas que incidem na busca de novas formas de intervenção e investigação (BALDISSERA, 2001). Essa técnica de pesquisa permite compreender a prática, avaliá-la e questioná-la, exigindo, assim, formas de ação e tomada consciente de decisões (ABDALLA, 2005), com foco de provocar mudança social (ABRAHAM & PURKAYASTHA, 2012). Suas características são situacionais, uma vez que busca diagnosticar um problema específico numa situação específica, com vistas a alcançar algum resultado prático (NICTER, 1984; NOVAES & GIL, 2009).

A realização de diagnósticos participativos, desenvolvimento de ações de capacitações, estruturação produtiva, introdução de novas fontes de renda e busca de mercado para os produtos oriundos da comunidade, com intuito de resolver uma problemática local referente à falta de oportunidades de geração de renda, possibilitou aos pesquisadores o desenvolvimento de diversas pesquisas no cenário da comunidade.

## **2 PESCA ARTESANAL E COMUNIDADES TRADICIONAIS: UMA BREVE DESCRIÇÃO**

A pesca é considerada como uma das práticas produtivas mais antigas da humanidade, sendo fonte de subsistência e de renda para muitos seres humanos.

A atividade pesqueira evoluiu, em decorrência dos avanços tecnológicos nos equipamentos, nas embarcações e, nos métodos de manejo (MAZOYER e ROUDART, 2010), bem como diante do acúmulo de conhecimentos e informações sobre os ecossistemas marinhos. Entretanto, essa tecnologia não é disponível para todos, o que levou muitos a recorrerem às formas mais simples de execução dessa atividade. Além disso, existem grupos sociais onde a pesca se mistura com a identidade cultural e com a história individual e coletiva dos envolvidos.

A pesca artesanal realizada por pescador profissional de maneira autônoma ou em família, ou, ainda, com auxílio momentâneo de outros parceiros (DIEGUES, 1973; OLIVEIRA & SILVA, 2012), é realizada na costa brasileira desde períodos anteriores a sua colonização (DIEGUES, 1999; SANTOS et al., 2012). No Brasil, a pesca artesanal possui grande representatividade, sendo responsável por aproximadamente 45% da produção total no país, com destaque para a região Nordeste nesta modalidade (LOPES, 2004; MPA, 2011).

Ao longo da história brasileira, as diretrizes “políticas e econômicas para o setor pesqueiro brasileiro fomentaram e privilegiaram o agronegócio da pesca oceânica e da aquicultura” (SILVA; WANDERLEY; CONSERVA, 2014, p. 176-177). Essa situação provocou sobre-exploração dos estoques e danos ambientais, uma vez que essas políticas não consideraram “reais necessidades dos pescadores artesanais e não reconheceram as atividades da cadeia produtiva da pesca, realizadas principalmente por mulheres que trabalham na terra” (SILVA; WANDERLEY; CONSERVA, 2014, p. 177).

A importância da pesca como atividade econômica cresceu consideravelmente em razão de atender a demanda mundial de alimentos, resultando numa crescente pressão sobre os estoques pesqueiros do mundo, dos quais, cerca de 77% encontram-se intensamente explorados ou em situação de esgotamento (KALIKOSKI et al., 2009; BERKES et al., 2001). Estima-se que cerca de 20% das espécies de peixes de água doce do mundo (cerca de 1.800 espécies), já estão extintas ou em sério declínio em razão da competição por água, da alteração do habitat, da poluição, da introdução de espécies exóticas e da exploração comercial (MOYLE & LEIDY, 1992).

A atividade pesqueira tem sido essencial para o desenvolvimento socioeconômico de comunidades no mundo, principalmente em países subdesenvolvidos (WHITMARSH et al., 2003), contribuindo, por exemplo, com a formação de culturas litorâneas regionais ligadas à pesca, a exemplo do jangadeiro localizado em praticamente todo litoral nordestino do Ceará até o sul da Bahia; o caiçara no litoral do Rio de Janeiro e São Paulo; e o açoriano, no litoral de Santa Catarina e Rio Grande do Sul (DIEGUES, 1999).

O pescador artesanal é o indivíduo conhecedor dos manejos de pesca e do ecossistema onde atua, sendo responsável pela realização da atividade pesqueira individualmente ou incluindo o grupo familiar (CLAUZET; RAMIRES; BARRELLA, 2005). Para Capellesso (2011), uma das características marcantes na atividade pesqueira artesanal é a intensidade do contato “com a natureza pouco transformada [...] existindo dificuldades para estabelecer o controle antrópico sobre os recursos, dada a fluidez dos recursos pesqueiros”.

Percebe-se que a pesca representa mais do que uma fonte de renda, ela é uma forma de transmissão da identidade cultural de grupos sociais, que mantêm uma relação de respeito com o meio ambiente. Esses grupos, em muitos casos, vivem em ambientes comunitários, organizados com base nos princípios do cooperativismo e nas regras culturais, e apresentando-se com variados graus de isolamento dos demais membros da sociedade (DIEGUES, 2000). O sentimento de pertencimento aproxima os indivíduos, promovendo uma consciência coletiva que os fazem enxergar suas semelhanças, contribuindo para a harmonia e simplificação da vida em sociedade, e para a transmissão dos valores morais, afetivos, culturais e tradicionais entre as gerações.

As comunidades tradicionais são evidências empíricas desta forma de organização social. De acordo com Toledo (2001), “existem mais de 300 milhões de pessoas pertencentes a povos e comunidades tradicionais [...] ocupando praticamente cada um dos principais biomas do planeta”. Apesar do grande número de indivíduos agrupados em comunidades tradicionais, a primeira definição surgiu somente após a Lei nº 9.985/2000, evidenciando a dificuldade de agrupá-los em uma denominação única (IPEA, 2012). Para fins legais, o Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, em seu artigo 3º, inciso I, define comunidades tradicionais como:

[...] grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007).

Nos últimos anos, tem-se dado muita atenção às comunidades tradicionais visando, principalmente, seus conhecimentos sobre a natureza. Nesse contexto, Terra e Dorsa (2011) ressaltam que:

As comunidades tradicionais, que no percorrer da história interagem com a natureza e com os costumes repassados de geração em geração, como os indígenas, quilombolas, ribeirinhos, entre outras, tentam dar continuidade às tradições recebidas dos antepassados. Principalmente por meio da oralidade, estão sendo vistas nas últimas décadas com um novo olhar pelos cientistas sociais, pelo poder público e segmentos da sociedade em geral (TERRA; DORSA, 2011 p.3).

Toledo (2001) destaca os seguintes argumentos para caracterizar uma comunidade como tradicional: (i) possuir descendência com os primeiros habitantes locais; (ii) possuir atividades econômicas, culturais e sociais diretamente relacionadas ao uso da natureza e dos recursos naturais; (iii) serem produtores de pequeno porte, dado que a produção é voltada para suprir as necessidades básicas individuais e coletivas; (iv) possui organização pautada no interesse comunitário; (v) compartilhar as mesmas características socioculturais e linguísticas entre seus integrantes; (vi) possuir relação de afeto com a natureza e o ambiente onde vivem; e, (vii) reconhecerem como povos e/ou comunidades tradicionais.

Em análise geral, pode-se então definir comunidades tradicionais como:

[...] grupos humanos culturalmente diferenciados que historicamente reproduzem seu modo de vida, de forma mais ou menos isolada, com base em modos de cooperação social e formas específicas de relações com a natureza, caracterizados tradicionalmente pelo manejo sustentado do meio ambiente. Essa noção se refere tanto a povos indígenas quanto a segmentos da população nacional que desenvolveram modos particulares de existência, adaptados a nichos ecológicos específicos (DIEGUES et al, 2000).

Esta definição deixa evidente a importância das comunidades tradicionais para preservação do conhecimento cultural e da própria natureza, transparecendo sua importância sociocultural para a formação de povos com características específicas.

### **3 A REPRESENTAÇÃO FEMININA NA PESCA**

As mulheres desempenham um papel importante para a manutenção das comunidades pesqueiras. Suas funções vão além do trabalho doméstico e dos cuidados familiares, e, em alguns casos, além da execução de atividades econômicas para contribuir com a renda familiar. Elas assumem um papel importante para a preservação dos recursos naturais, diante do conhecimento adquirido pela vivência e contato com a terra, e pela relação de pertencimento com o território, característico em comunidades tradicionais (TERRA; DORSA, 2011). Essas relações servem como expressão da existência de um vínculo social, econômico e ambiental ligado ao trabalho feminino no ambiente marinho (OLIVEIRA, 1993).

As comunidades tradicionais apresentam uma maior divisão do trabalho entre homens e mulheres. Essa afirmativa é facilmente verificada quando a base da renda local é oriunda da produção pesqueira. A pesca, como principal atividade dessas comunidades, é executada majoritariamente pelos homens, “chefes de família”, responsáveis pelo sustento familiar (OLIVEIRA, 1993; MANESCHY, 2000). Cabe, portanto, às mulheres a realização de atividades secundárias, diretamente ligadas ao ambiente doméstico. De acordo com Cardoso (2002), a

invisibilidade da participação feminina na pesca é resultado da cultura e do tradicionalismo dessas comunidades, que sinalizam uma hierarquização entre os variados níveis de proximidade entre o indivíduo e o ambiente marinho.

Woortmann (1991) acrescenta que a atividade pesqueira não é a única prática desenvolvida nessas comunidades, apesar das denominações “pesqueiras” e “marinhas” induzem a esse pensamento. A manutenção social advém, também, da produção agrícola e do cultivo de animais, considerados de responsabilidade feminina. A partir dessas considerações, a autora estabelece uma analogia entre o ambiente espacial e a divisão sexual do trabalho, revelando um dualismo nas relações homem/mar e mulher/terra, representado na Figura 1. As considerações ressaltam a existência de subdivisões do território capazes de criar uma nova interpretação sobre as relações de gênero.

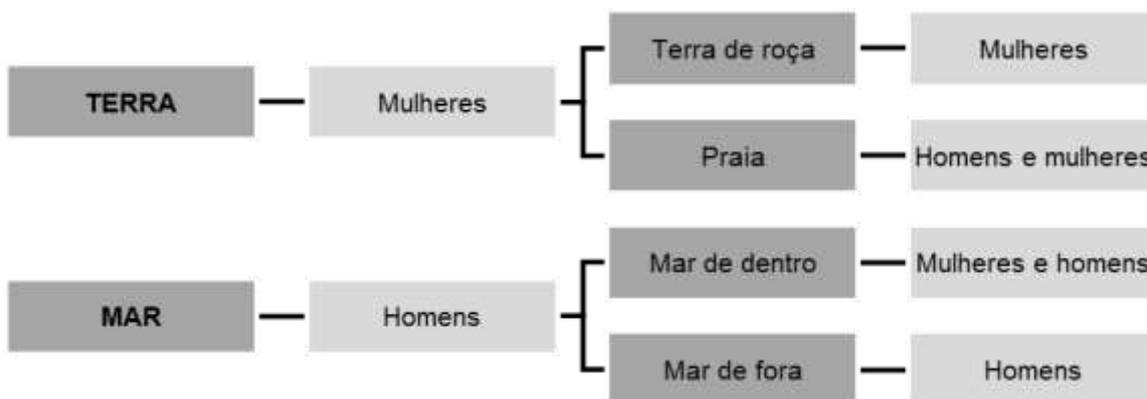


Figura 1 – Espaço e dominação do trabalho por gênero

Fonte: Elaborado a partir de Woortmann (1991).

Admite-se a dominação masculina no “mar de fora”, simbolizando o espaço representativo do conhecimento, da força e das habilidades no manejo da pesca e, de forma semelhante, a dominação feminina ocorre nas “terras de roça”, pautados nas atividades agrícolas (WOORTMANN, 1991). Além disso, considera a existência de ambientes de cooperação mútua, onde homens e mulheres podem desenvolver diferentes atividades produtivas.

A participação feminina nas atividades de pesca ocorre, sobretudo, em espaços intermediários, entre a terra e o mar, ou seja, no “mar de dentro”, onde se situam as praias, rios e mangues. Esse fato é decorrente da necessidade das mulheres permanecerem próximas de suas casas, priorizando o bem-estar da família. De acordo com Maneschky (2000, p. 88):

[...] muitos dos trabalhos assumidos por mulheres em comunidades pesqueiras apresentam como características a variabilidade no tempo e no espaço, a irregularidade na demanda, sua compatibilização com as tarefas domésticas e, por consequência, a dificuldade de contabilizar o tempo de trabalho.

Isso posto, adiante será detalhado como funciona a organização do trabalho feminino em uma comunidade pesqueira tradicional, localizada no sul da Bahia.

### 3.1 A organização do trabalho na comunidade de Pedras de Una, sul da Bahia

A pesquisa-ação foi realizada na comunidade de Pedras de Una, localizada no município de Una, sul da Bahia (Figura 2). A atividade pesqueira nesta localidade é favorecida pela posição geográfica e pela diversidade biológica, próxima ao Oceano Atlântico, do Rio Una, e de uma extensa faixa de manguezal. Além disso, a comunidade está localizada próxima de duas áreas de conservação ambiental: o Refúgio de Vida Silvestre de Una e a Reserva Extrativista de Canavieiras.

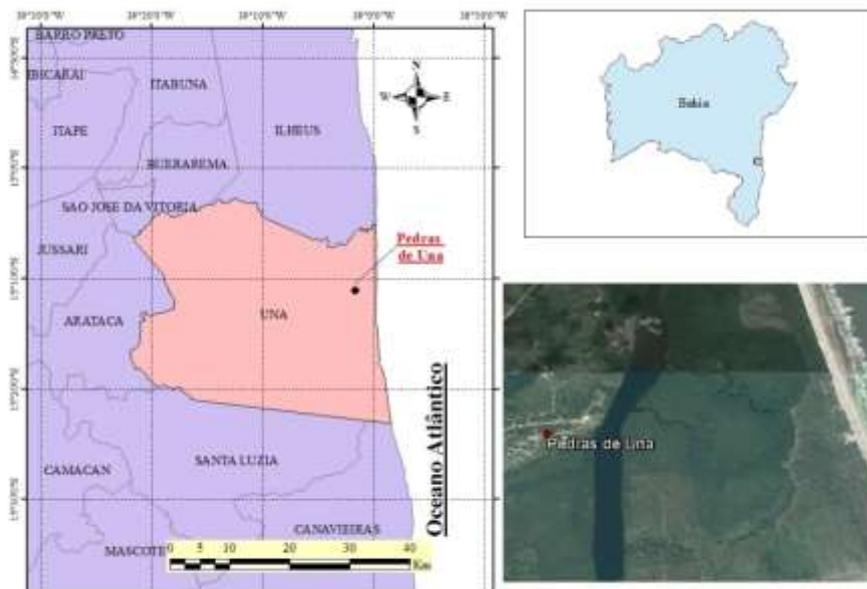


Figura 2 – Localização da comunidade de Pedras de Una, Bahia, Brasil

Fonte: Elaboração própria.

Estima-se uma população de 950 habitantes, dos quais 90% têm a pesca como principal fonte de renda. A comunidade de Pedras de Una é caracterizada como uma comunidade tradicional, com fortes raízes culturais. A pesca não representa apenas um meio de subsistência, ela é uma manifestação cultural e uma representação do tradicionalismo passado entre gerações. Atualmente, é possível identificar famílias com três gerações trabalhando de forma ativa na pesca local.

A produção pesqueira é de pequeno porte, caracterizada como artesanal, pois se utilizam de instrumentos e petrechos de pesca rudimentares, tais como linha, tarrafa, rede, cujo a confecção e o reparo são realizados pelos próprio pescadores. Diante dos desafios que ameaçam a atividade pesqueira e a reprodução cultural na comunidade, foi criada em 1998 a Associação de Pescadores e Marisqueiras de Pedras de Una (AMEPEDRAS), com o intuito principal de fomentar práticas que contribuíssem para o desenvolvimento econômico e produtivo da pesca e do extrativismo. O grupo formado por homens e mulheres residentes na comunidade.

A pesca ainda é uma atividade predominantemente masculina, devido ao perigo a atividade em alto mar, e a necessidade de força física na condução na puxada das redes. As mulheres praticam a atividade da pesca próximas as suas residências, ondem dividem o tempo com os cuidados do lar e dos filhos. Há uma clara divisão do trabalho entre os gêneros, conforme demonstrado na Tabela 1.

Tabela 1 – Participação por gênero na arte de pesca em Pedras de Una, Bahia

Artes de pesca utilizadas	Mulheres	Homens
	%	%
Caçoeira	0,00	6,14
Espinhel	0,00	2,63
Linha de mão	5,13	15,79
Linha de seda	1,28	0,00
Manzuá	2,56	3,51
Mariscagem	82,05	21,05
Molinete	0,00	0,88
Rede de arrasto simples	1,28	16,67
Rede de emalhar tresmalho	1,28	23,68
Siripóia	5,13	0,00
Tanheira	0,00	1,75
Tarrafa	0,00	7,02
Tapasteiro	0,00	0,88
Vara de pescar	1,28	0,00

TOTAIS	100,00	100,00
--------	--------	--------

Fonte: Behrmann (2015).

Observa-se, portanto, um predomínio das mulheres na mariscagem, atividade desenvolvida nos manguezais, o que denota a contribuição feminina para a manutenção da cadeia produtiva da pesca artesanal.

Foram identificados vários fatores que afetam, negativamente o trabalho feminino nessa cadeia: (i) baixo nível de escolaridade das marisqueiras; (ii) presença de atravessadores durante a comercialização; (iii) técnicas rudimentares de beneficiamento dos mariscos; (iv) ausência de equipamentos de proteção individual (EPI), e de técnicas de correção da postura durante o trabalho; (v) desconhecimento dos seus direitos trabalhistas. Além desse o ambiente social, afeta diretamente o cotidiano dessas mulheres, tais como exposição a violência doméstica,

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo possibilitou identificar a importante da mulher para a manutenção da cadeia produtiva da pesca artesanal. A marisqueiras e pescadoras, assim como todas as mulheres, buscam o reconhecimento do seu trabalho diante da sociedade, para que possam auferir de seus direitos legais. Observa-se ainda a dupla jornada dessas mulheres, que se dividem em o trabalho doméstico e a atividade pesqueira. Entretanto a invisibilidade do trabalho feminino é fruto de uma percepção errônea da sociedade, que a veem com sinônimo de fragilidade e subordinação ao ambiente familiar e ao homem. Em comunidades tradicionais, a divisão do trabalho e a hierarquização entre os gêneros ocorre de forma mais intensa, exaltada pela forte presença cultural e do tradicionalismo histórico desses povos.

#### REFERÊNCIAS

- ABDALLA, M. F. B. (2005). A pesquisa-ação como instrumento de análise e avaliação da prática docente. *Ensaio: aval. pol. públ. Educ.*, Rio de Janeiro, v.13, n.48, p. 383-400, jul./set.
- ABRAHAM, M.; PURKAYASTHA; B. (2012). Making a difference: Linking research and action in practice, pedagogy, and policy for social justice: Introduction. *Current Sociology*, v. 60, n. 2, p. 123-141.
- BALDISSERA, A. (2001). Pesquisa-ação: uma metodologia do “conhecer” e do “agir” coletivo. *Sociedade em Debate*, Pelotas, Rio Grande do Sul, v. 7, n. 2, p. 5-25.
- BEHRMANN, D. G. M. (2015). *A cadeia produtiva da pesca artesanal: um estudo da comunidade de Pedras de Una, sul da Bahia*, 2013. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Santa Cruz – Programa de pós-Graduação em Economia Regional e Políticas Públicas. Ilhéus.
- BERKES, F.; MAHON, R.; MCCONNEY, P.; POLLNAC, R.; POMEROY, R. (2001). Managing small-scale fisheries alternative direction sand methods. Ottawa, Canadá: *International Development Research Centre*.
- BRASIL (1988). *Constituição 1988*. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 292 p.
- BRASIL (2014). Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm)>. Acesso em: 28 out. 2014.
- CARDOSO, D. M. (2002). Mulher, pesca e ambiente. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 25, 2002, Salvador. *Anais*. São Paulo: Intercom.

- CLAUZET, M.; RAMIRES, M.; BARRELLA, W. (2005). Pesca artesanal e conhecimento local de duas populações caiçaras (Enseadas do Mar Virado e Barra do Una) no litoral de São Paulo, Brasil. *A linguagem da ciência*. n. 4, maio.
- DIEGUES, A. C. S. (1999). A socio-antropologia das comunidades de Pescadores marítimos no Brasil. *Etnográfica*, v. 3, n. 2, p. 361-375.
- DIEGUES, A.C.S. (1973). Pesca e marginalização no litoral paulista. Dissertação de Mestrado, 131 p. Universidade de São Paulo, NUPAUB/CEMAR, São Paulo, SP: 1973.
- DIEGUES, A. C. (Org.) et al. (2000). *Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil*. São Paulo.
- GUEDES, M. C.; ALVES, J.E.D. (2004). A população feminina no mercado de trabalho entre 1970 e 2000: particularidades do grupo com nível universitário. In: ENCONTRO NACIONAL DA ABEP, 2004, Caxambu. *Anais*.
- IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. (2012). A Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos povos e comunidades tradicionais na visão de seus membros. *Relatório de Pesquisa*. Brasília.
- KALIKOSKI, D.; DIAS NETO, J.; THÉ, A. P. G.; RUFFINO, M. L.; MARRUL FILHO, S. (Org.). (2009). *Gestão compartilhada do uso sustentável de recursos pesqueiros: refletir para agir / – Brasília: Ibama*.
- LOPES, F. C. (2004). *O conflito entre a exploração offshore de petróleo e a atividade pesqueira artesanal*.
- MANESCHY, M. C. (2000). Da casa ao mar: papéis das mulheres na construção da pesca responsável. *Proposta*, Rio de Janeiro, n. 84/85, p. 82-91, mar./ago.
- MAZOYER, M.; ROUDART, L. (2010). *História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea / tradução de Cláudia F. Falluh Balduino Ferreira*. – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD.
- MISKOVIC, M.; HOOP, K. (2006). Action Research Meets Critical Pedagogy: Theory, Practice, and Reflection. *Qualitative Inquiry*, v. 12, p. 269-291.
- MOYLE, P. B.; LEIDY, R. A. (1992). Loss of aquatic ecosystems: evidence from fish faunas. In: P. L. Fielder & S.K. Jain (Eds.). *Conservation Biology: the Theory and Practice of Nature Conservation, Preservation and Management*. New York, Chapman & Hall, p. 127-169.
- MPA – MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA. (2011). *Boletim estatístico da pesca e aqüicultura*.
- NICHTER, M. (1984). Project community diagnosis: Participatory research as a first step toward community involvement in primary health care. *Social Science & Medicine*, v. 19, n. 3, p. 237–252.
- NOVAES, M. B. C. de; GIL, A. C. (2009). A pesquisa-ação participante como estratégia metodológica para o estudo do empreendedorismo social em administração de empresas. *RAM. Revista de Administração Mackenzie*, v. 10, n. 1, p. 134–160.
- OLIVEIRA, N. M. (1993). Rainha das águas, dona do mangue: um estudo do trabalho feminino no meio ambiente marinho. *Rev. Bras. Estudos Pop.*, Campinas, v. 10, n. 1, p. 71-88.
- OLIVEIRA, O. M. B. A. de; SILVA, V. L. da. (2012). O processo de industrialização do setor pesqueiro e a desestruturação da pesca artesanal no Brasil a partir do Código de Pesca de 1967. *Sequência*, Florianópolis, n. 65, dez.

- PALHETA, M. K. S. (2013). Participação e conhecimentos femininos na inserção de novas espécies de pescado no mercado e na dieta alimentar dos pescadores da RESEX Mãe Grande em Curuçá/ PA. Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Biológicas, Programa de Pós-Graduação em Ecologia Aquática e Pesca, Belém.
- PROSBT, E. R. (2003). A evolução da mulher no mercado de trabalho. *Revista Leonardo Pós Órgão de Divulgação Científica e Cultural do IPCG*, v. 1, n. 2.
- SANTOS, M. P. N.; SEIXAS, S.; AGGIO, R. B. M.; HANAZAKI, N.; COSTA, M.; SCHIAVETTI, A.; DIAS, J. A.; AZEITEIRO, U. M. (2012). A Pesca enquanto Atividade Humana: Pesca Artesanal e Sustentabilidade. *Revista da Gestão Costeira Integrada*, v. 12, n. 4, p. 405-427.
- SILVA, C. N. S.; BROADHURST, M. K.; MEDEIROS, R. P.; DIAS, J. H. (2013). Resolving environmental issues in the southern Brazilian artisanal penaeid-trawl fishery through adaptive co-management. *Marine Policy*, v. 42, p. 133-141, nov.
- SILVA, E. L. P.; WANDERLEY, M. B.; CONSERVA, M. S. (2014). Proteção social e território na pesca artesanal do litoral paraibano. *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo, n. 117, mar.
- STADTLER, H. (2013). Mulheres na pesca artesanal: lutando por previdência e saúde. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis.
- TERRA, E. M.; DORSA, A. C. (2011). As comunidades tradicionais, história, tradições, memórias e perspectivas de desenvolvimento sustentável. SEMINÁRIO POVOS INDÍGENAS E SUSTENTABILIDADE: Saberes, tradições e formação acadêmica, 4. ago.
- THIOLLENT, M.; SILVA, G. D. O. (2007). The Use of Action Research in the Management of Environmental Problems. *Reciis - Electronic Journal of Communication, Information & Innovation in Health*, v. 1, n. 1, p. 91-98.
- TOLEDO, V. M. (2001). Povos/ comunidades tradicionais e a biodiversidade. In: LEVIS, S. et al (Ed.). *Encyclopedia of Biodiversity*. Academic Press.
- TRIPP, D. (2005). Action research: a methodological introduction. *Educação e Pesquisa*, v. 31, n. 3, p. 443-466.
- WHITMARSH, D.; PIPITONE, C.; BADALAMENTI, F.; D'ANNA, G. (2003). The economic sustainability of artisanal fisheries: the case of the trawl ban in the Gulf of Castellammare, NW Sicily. *Marine Policy*, 27(6): 89-97.
- WOORTMANN, E. F. (1991). Da Complementaridade à Dependência: a mulher e o ambiente em comunidade pesqueiras do Nordeste. *Série Antropologia*, Brasília, v. 111, p. 1-115.